



2º PAINEL “APRESENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO”

Moderação: Paulo Mendes Pinto – Área da Ciência das Religiões ULTH – Roteiro do Diálogo Interreligioso e Cultural

Ana Silva (CRESAÇOR) – Interculturalidade

Júlio Paiva (EAPN) – Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social

Álvaro Cidrais (FAJUDIS) – Ambiente e Bem Estar

Rogério Cação (ADEPE) – Instituições Eficazes e Inclusivas/Participação e Democracia Local

Tiago Monteiro-Henriques / Joaquim Mealha (Coord. GT IN LOCO) – Territórios Sustentáveis

CIDADANIA
EM PORTUGAL



www.cidadaniaemp Portugal.pt


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE



2º PAINEL “APRESENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO”

INTERCULTURALIDADE

Ana Silva (CRESAÇOR)

**CIDADANIA
EM PORTUGAL**



www.cidadaniaempportugal.pt


animar



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE



Grupo de Trabalho INTERCULTURALIDADE

Entidades:

14 Entidades | 5 Distritos de Portugal Continental | Região Autónoma dos Açores

CRESAÇOR, Direção Regional das Comunidades, Fundação Aga Khan, IGOT, Espaço T, Novo Dia, APAV – Açores, AIPA, Associação dos Emigrantes Açorianos, TAIPA, RUMO, ATM, ARRISCA, ADC Moura.

Modo Funcionamento/Organização:

Reuniões em Lisboa e nos Açores com recurso a vídeo conferência
Suporte documental/digital

Entidade Animadora do Grupo de Trabalho:

CRESAÇOR – Cooperativa Regional de Economia Solidária CRL



www.cidadaniaemp Portugal.pt


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE



www.cidadaniaemporugal.pt



Grupo de Trabalho INTERCULTURALIDADE

- **Campanhas publicitárias dinâmicas e informativas**
- **Formação especializada** (Capacitar profissionais de diferentes serviços de atendimento)
- **Reforço da bolsa de formadores interculturais**
- **Educação financeira** (Criar um programa de formação para Imigrantes e Refugiados)
- **Educação intercultural** (Avaliar o impacto da interculturalidade nas Escolas; Reformular o currículo da disciplina de Cidadania; Reforçar os conhecimentos dos Docentes sobre a Interculturalidade)
- **Emigração portuguesa** (Criação de uma disciplina opcional)
- **Acesso à saúde** (Desburocratizar o processo de atribuição do número do SNS; Uniformizar a informação e regras; Incluir os profissionais de saúde nos programas de formação especializada)
- **Integração de refugiados** (Rever os trâmites legais para o reconhecimento do estatuto de refugiado e respetiva autorização de residência)
- **Programa PPT** (Reformular o número de participantes por turma; Aumentar o número de Cursos; Adequar as datas dos cursos às especificidades dos territórios)

Finalidade do GT:

Promover a Interculturalidade em todo o território Português



Grupo de Trabalho
INTERCULTURALIDADE

animar



Finalidade do GT:

Promover a Interculturalidade em todo o território Português

- **Roteiro de mediação qualificada** (Conceber roteiros e visitas formativas; promover a participação e a aprendizagem)
- **Segurança social, finanças e serviço de estrangeiros e fronteiras** (Reavaliar e regularizar contradições na Segurança Social e Finanças; reforçar os recursos humanos e diminuir o tempo de espera no SEF)
- **Guia digital dos territórios** (Simplificar e conciliar a informação num mesmo espaço)
- **Aquisição da nacionalidade portuguesa** (Aplicar a todos as pessoas nascidas em território português – *jus soli*)
- **Participação política de imigrantes** (Aplicar o fim do imperativo da reciprocidade)
- **Alteração do código penal para os crimes por motivos de origem étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem** (Realizar estudos aprofundados sobre a incidência do ódio)
- **Inclusão das vítimas de discriminação, em razão da deficiência, identidade de género, sexo e orientação sexual** (Alterar o n.º 1, do texto da proposta de Lei n.º 61/XIII)
- **Figura de Assistente** (Adotar uma diferente redação do n.º 2, do artigo 12.º, da proposta de Lei n.º 61/XIII)



2º PAINEL “APRESENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO”

LUTA CONTRA A POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Júlio Paiva (EAPN)

**CIDADANIA
EM PORTUGAL**



www.cidadaniaemp Portugal.pt


animar



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE



www.cidadaniaemp Portugal.pt

**animar**



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

Grupo de Trabalho

Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social

Entidades:

II Entidades públicas e privadas: EAPN Portugal / Núcleo Distrital de Vila Real (entidade coordenadora do GT); Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (representam 6 municípios) ; Comunidade Intermunicipal do Douro (representam 17 Municípios) ; Centro Distrital de Segurança Social I.P.; Município de Vila Real; Fundação Patronato de Santo António; Associação Mútua Basto; Município de Montalegre; Município de Sabrosa; Ecomuseu do Barroso.



Grupo de Trabalho

Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social

Modo Funcionamento/Organização:

GT iniciou a sua atividade no final de abril de 2017; foram enviados emails e feitos contatos telefónicos às entidades para confirmação de presenças (área de abrangência a zona norte do país); 2 reuniões presenciais: 5 e 22 de maio de 2017; documentos de animação do GT: atas resumos, grelhas de trabalho para facilitar a animação das reuniões e discussão dos temas entre os colaboradores internos das entidades; junho e julho: elaboração do documento resumo pela entidade coordenadora e membros do GT (validação final) através de email criado para o GT.

Entidade Animadora do Grupo de Trabalho:

Núcleo Distrital de Vila Real da EAPN Portugal



www.cidadaniaemp Portugal.pt


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE



Diagnóstico do Território



animar



Finalidade do GT:

Elaboração conjunta e colaborativa de um documento de reflexão que acomode propostas e recomendações no âmbito LCPES: visão analítica, crítica e construtiva e visão prospetiva

Fraquezas

- Existência de respostas sociais abrangentes mas inexistência de respostas sociais para franjas da população em carência económica como os “trabalhadores pobres”;
- Dinamização das estruturas como o Programa Redes Sociais tornando-as operacionais e participativas (reativação);
- Existência de diferenciações territoriais com necessidades específicas e soluções adaptadas aos territórios – territórios despovoados, isolados com baixa densidade populacional sendo estas características vistas como critérios de exclusão no financiamento;
- Dificuldade no acesso à informação por excesso de burocratização, dispersão de informação e baixa cultura de participação cívica (agravado pela falta de articulação, de trabalho em rede e parceria);
- Dificuldade na articulação das várias respostas sociais/projetos/serviços nos territórios / trabalho em parceria e em rede;
- Necessidade de uniformização das políticas e medidas mas com diferenciações territoriais.



Grupo de Trabalho
Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social

Propostas para trabalho futuro

No âmbito da criação de um compromisso para uma Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza e Exclusão Social (EAPN PT – Rediteia n° 48), o GT propõe o foco em 3 eixos para que a Estratégia Nacional EPES seja adaptada ao território:

1. Eliminar a dicotomia rural e urbano;
2. Reativação / Operacionalização de Redes, Parcerias e Participação;
3. Criação de Emprego como estratégia de combate à pobreza e exclusão.



Articulação:

Estratégia Nacional Para a Erradicação da Pobreza (EAPN PT)

+

Programa Nacional Para a Coesão Territorial (Estrutura Unidade de Missão para a Valorização do Interior)





Grupo de Trabalho
Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social

Propostas para trabalho futuro

I. Eliminar a dicotomia rural e urbano:

- Programa nacional de erradicação da pobreza tendo em conta o território rural e melhoria da população idosa;
- Sistema compartilhado de indicadores de pobreza e exclusão social associados ao território;
- Melhoria da qualidade das decisões relativas à coesão territorial e ao desenvolvimento rural – aumentar a representatividade do rural nas decisões políticas;
- Potenciar a economia rural em articulação com a procura urbana – desenvolvimento local


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE



www.cidadaniaemp Portugal.pt

Grupo de Trabalho
Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social

Propostas para trabalho futuro

2. Reativação / Operacionalização de Redes, Parcerias e Participação

- Criação de gestor de processo adaptado às Redes Sociais (plataforma de monitorização de medidas transversais e intersectoriais);
- Promoção do envolvimento e capacitação de dirigentes sobre trabalho em rede, parceria e participação cidadã;
- Definição de interlocutores (mesma pessoa sempre) e de uma entidade coordenadora do Programa Rede Social, baseada no princípio da confiança e transparência;
- Aposta em ações de benchmarking passando conhecimento e valorizar boas práticas;
- Uniformização de procedimentos dos parceiros que integrem os CLAS


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE



CIDADANIA
EM PORTUGAL



www.cidadaniaempportugal.pt


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

Grupo de Trabalho
Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social

Propostas para trabalho futuro

3. Criação de Emprego como estratégia de combate à pobreza

- Rentabilizar as medidas na área do empreendedorismo a partir das CIM e GAL;
- Fomentar a articulação entre as diversas entidades / respostas de forma à população ter informação correta, acessível e promovendo o diálogo e transparência;
- Criação de um mecanismo nacional que permita desenvolver e criar emprego estrutural nos territórios de baixa densidade;
- Apostar na criação de emprego tendo como base os produtos tradicionais dos territórios promovendo a inovação e tomando os territórios criativos e valorizados culturalmente;
- Atrair e fixar empresas que promovam emprego digno – sustentabilidade;



www.cidadaniaemp Portugal.pt

Grupo de Trabalho
Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social

Obrigada!

Entidade Coordenadora do GT
EAPN Portugal / Núcleo Distrital de Vila Real

Catarina Oliveira | Técnica do Núcleo Distrital de Vila Real | vilareal@eapn.pt

Júlio Paiva | Técnico do Departamento de Desenvolvimento e Formação | julio.paiva@eapn.pt

Sandra Araujo | Diretora Executiva | sandra.araujo@eapn.pt


animar

 **REPÚBLICA
PORTUGUESA**

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE



www.cidadaniaempportugal.pt


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

2º PAINEL “APRESENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DOS GRUPOS DE
TRABALHO”

AMBIENTE E BEM ESTAR

Álvaro Cidrais (FAJUDIS)



www.cidadaniaempportugal.pt


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

2º PAINEL “APRESENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DOS GRUPOS DE
TRABALHO”

INSTITUIÇÕES EFICAZES E INCLUSIVAS / PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA LOCAL

Rogério Cação (ADEPE)



www.cidadaniaempportugal.pt


animar


**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

2º PAINEL “APRESENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO”

TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS

Tiago Monteiro-Henriques e Joaquim Mealha (Coord. GT IN LOCO)



Grupo de Trabalho Territórios Sustentáveis

Entidades:

26 organizações e 2 participações individuais (ADIAFA; ADRL; ANIMAR; Associação Almargem; Associação In Loco; ATAHCA; CCDR Alentejo; CCDR Algarve; CGTP-IN; Cooperativa ECOS; CPCCRD; Dinâmia CET; ISCTE – IUL; DRAP Algarve; Faculdade de Economia da Universidade do Algarve; Federação Minha Terra; Glocal Faro; Grupo Miro; IGOT/ CEG – Universidade de Lisboa; Instituto Politécnico de Viseu; Instituto Português do Desporto e da Juventude; Município de Castro Daire; OIKOS; Rede Rural Nacional/ DGADR; Teatro Regional da Serra do Montemuro; Universidade Nova de Lisboa/ FEDPAS; Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável)

Modo Funcionamento/Organização:

3 Focus Group (Região Centro, Região Sul, Lisboa)

Entidade Animadora do Grupo de Trabalho:

Associação In Loco



www.cidadaniaemp Portugal.pt


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE



Propostas para a Sustentabilidade dos Territórios de Interior



animar



Finalidade do GT:
Promover a sustentabilidade dos territórios do interior

Promover uma maior participação das pessoas nos projetos de intervenção e nas políticas de desenvolvimento local

- Criar mecanismos de tradução da linguagem técnica utilizada nos instrumentos de planeamento e de ordenamento do território que pode passar, por exemplo, por tecnologia de visualização em 3D;
- Apoiar a implementação de experiências de urbanismo tático que poderiam ser igualmente transpostas para os meios rurais, como forma de transmissão de conhecimentos (ancestrais ou de carácter técnico e científico);
- Transformar os atuais procedimentos de consulta pública sobre os instrumentos de planeamento e de ordenamento em processos de participação deliberativa dos cidadãos e das cidadãs;
- Estimular a diversificação de modelos de planeamento participativos;
- Potenciar as organizações da economia social para serem agentes ativos na facilitação de processos participativos nacionais/regionais estruturados, continuados e transversais a vários domínios das políticas públicas.

Melhorar as formas de governança territorial

- Criação de projetos âncora de base regional ou inter-regional, que incluam os diferentes atores do território e as suas populações, e que estimulem o pensamento estratégico sobre os espaços do interior;
- Reforço da ligação interministerial e/ou interinstitucional, com a criação de Comissões Interministeriais que apoiem a subsistência de pequenas organizações económicas;
- Organização de equipas interministeriais e interorganizacionais que dialoguem em conjunto para a agilização de tomadas de decisão face a regimes concretos de regulação sobre dadas atividades económicas;
- Apoiar projetos de base local e comunitária que assentem em parcerias multissetoriais e multiterritoriais, criando um Programa/Iniciativa Nacional (incluindo as ilhas) específico para tal;
- Capacitar as equipas técnicas municipais e regionais com conhecimento sobre a legislação em vigor relativa à implementação de diferentes tipologias de intervenção urbanística e a respeitante ao licenciamento de atividades económicas e de outra natureza essenciais à sustentabilidade do território rural.
- Promover e privilegiar abordagens integradas e integradoras onde a sustentabilidade ambiental, social, económica e cultural sejam compatibilizados.



Propostas para a Sustentabilidade dos Territórios de Interior



animar



Finalidade do GT:
Promover a sustentabilidade dos territórios do interior

Estimular a criação de empresas e a manutenção de iniciativas assentes na identidade dos territórios de interior

- Estimular a inventariação de saberes locais com potencial de mercado e testar processos inovadores que possibilitem acrescentar valor a esses produtos ;
- Apoiar o associativismo entre produtores/as, o associativismo cultural e o cooperativismo que estimule o trabalho em rede;
- Sensibilizar e trabalhar com as organizações sindicais e outras associações de forma a dar voz aos trabalhadores e às populações destes territórios do interior;
- Apoiar a realização de mercados que potenciem os saberes «em vias de extinção»;
- Apoiar o turismo local de base comunitária, que inclua o estímulo ao associativismo entre distintos agentes dos territórios de interior e a participação das pessoas que aí vivem;
- Valorizar a multifuncionalidade das explorações agrícolas e florestais;
- Manter os incentivos existentes para os financiamentos às áreas de baixa densidade e os apoios à agricultura e os incentivos de apoio à criação do próprio emprego e de criação de empresas, procurando flexibilizar as medidas de forma a assegurar a criação de emprego;
- Incentivar a silvopastorícia, enquanto instrumento que apoia a gestão sustentável do território, desde que devidamente enquadrada;
- Implementar medidas de regeneração do modelo florestal vigente, apostando nas espécies autóctones e num ordenamento eficaz do espaço reservado à produção florestal, articulando com a produção agrícola existente em cada local;
- Incentivar iniciativas criadoras de circuitos curtos de comercialização;
- Desenvolver programas de consciencialização dos consumidores sobre os valores identitários e modos de produção ancestrais;
- Estimular a agricultura familiar de qualidade;
- Desburocratizar os processos de candidatura a micro financiamentos com origem no interior;
- Criar programas de formação destinados à população dos territórios do interior, com ênfase nas especificidades locais;
- Apoiar a criação de equipas de animação local/ territorial para o desenvolvimento ;
- Facilitar o licenciamento de microempresas (em particular os espaços de restauração, de produção e de transformação alimentar);
- Produzir manuais simplificados de funcionamento de microempresas e criar mecanismos facilitadores da leitura da legislação aplicável aos vários setores económicos (ex. fichas síntese; organogramas, manuais síntese);
- Agilizar os procedimentos para alteração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território em vigor;
- Divulgar e criar condições para disseminar boas práticas em criação de emprego nos territórios do interior;
- Incentivar iniciativas de comunicação e de marketing territorial assente nas valias do interior do país.



Propostas para a Sustentabilidade dos Territórios de Interior



Finalidade do GT:
Promover a sustentabilidade dos territórios do interior

Fixar e captar população para residir e trabalhar nos territórios do interior

- Apoio ao arrendamento para jovens que queiram residir no interior ;
- Estímulo à reabilitação de habitações para finalidade de residência permanente;
- Estímulo ao cooperativismo/ associativismo com finalidade de criação de habitação no interior;
- Incentivos ao acolhimento e integração de pessoas refugiadas e imigrantes que optem por residir nos territórios do interior, com eventual majoração no valor atribuído às organizações e a essas mesmas pessoas;
- Criar incentivos de apoio à natalidade que não se restrinjam ao apoio pecuniário à nascença, como tem sido feito em alguns municípios do país;
- Aumentar o acesso a rede móvel no interior do país; combater o preço mais elevado das telecomunicações nas áreas não centrais ("áreas NC").
- Criar incentivos à mobilidade para as pessoas que residem nos territórios do interior (apoio pecuniário à deslocação aos serviços públicos; abolição das portagens para movimentos pendulares casa-trabalho ou casa-centro urbano);
- Estimular a criação de novos serviços públicos que funcionem numa lógica colaborativa e de modo inovador, diminuindo as desigualdades de acesso existentes mas garantindo a sua sustentabilidade;
- Implementar diferentes medidas de discriminação positiva (ex. diminuição do Imposto Municipal sobre Imóveis, dos custos de eletricidade, água, combustível, taxas moderadoras; diminuição do IVA para quem produz; propinas mais baixas nas Universidades localizadas no interior)
- Incluir a especificidade da interioridade nos programas curriculares do ensino obrigatório (valorização da ruralidade, do trabalho agrícola, das artes tradicionais e afins);
- Criar apoios para o desenvolvimento de programas de media que visem a valorização do interior;
- Criar legislação, orientações e incentivos à implementação de medidas de combate à exclusão pelo não domínio das TIC garantido que todas as freguesias e municípios dispõem de um serviço facilitador.



www.cidadaniaemporugal.pt


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

Grupo de Trabalho
Territórios Sustentáveis

Propostas para trabalho futuro

- ANIMAR como mediadora da criação de redes de proximidade de base local – promoção de uma relação entre agentes e comunidade
- GT Territórios Sustentáveis como rede de parceiros para a promoção de políticas para o interior e como grupo de monitorização da implementação dessas políticas
- Relacionar o produto deste GT com o trabalho em curso na Rede Rural Nacional e UMVI
- Políticas construídas a partir do local com atuação interministerial/interdisciplinar – se houver vontade política efetiva na valorização dos territórios de interior!



www.cidadaniaempportugal.pt


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

LANÇAMENTO DA REVISTA “ROTEIRO CIDADANIA EM PORTUGAL”

Jorge Oliveira – ESPAÇO t

Sílvia Pereira – Direção da ANIMAR



CONVERSAS TRAÇADAS
SEMINÁRIO

Visões e Resultados do Roteiro Cidadania em Portugal

Auditório Agostinho da Silva – Universidade Lusófona

14 dezembro 2017



www.cidadaniaemp Portugal.pt


animar


**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE